

TEATRO DE CULTURA POPULAR NA PAUTA: A RECEPÇÃO DA PRÁTICA TEATRAL DO TCP NA IMPRENSA DO INÍCIO DOS ANOS 1960

Luiz Felipe Batista Genú¹

Resumo

Tomando como norteadoras as reflexões de Raymond Williams sobre a obra de arte – onde esta é vista como uma prática cuja recepção possui um caráter ativo, sujeito às transformações das convenções sociais – este artigo se propõe a analisar as práticas teatrais desenvolvidas pelo Teatro de Cultura Popular (TCP) do Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife, entre os anos de 1960 e 1964. Além de explorar manifestações culturais populares, o TCP se propôs a tratar de temáticas como o latifúndio, a exploração do camponês e do operário e o analfabetismo. Não obstante, também investigamos as representações estabelecidas acerca do TCP a partir da recepção dada pelos críticos teatrais da imprensa do período ao projeto teatral desenvolvido pelo grupo.

Palavras – chave: representação; teatro; imprensa; cultura; popular.

Abstract

Following Raymond Williams' writings about the work of art – where it is seen as a practice whose reception has an active property, subjected to changes in social conventions – this article aims to analyze the theatrical practices developed by Teatro de Cultura Popular (TCP) of the Movimento de Cultura Popular (MCP) from Recife, between 1960 and 1964. Apart from exploring popular culture's expressions, the TCP proposed to deal with themes such as large estates, peasants' and workers' exploitation and illiteracy. Nevertheless, we also investigated the representations established about the TCP from the reception given by theater critics from the press of the period to the theatrical project developed by the group.

Keywords: representation; theater; press; culture; popular.

Introdução

Em princípios de 1960, o prefeito do Recife, Miguel Arraes, agendara uma reunião com intelectuais, artistas e representantes de organizações populares². Na pauta da reunião, estava a discussão de um levantamento elaborado pela assessora técnica da prefeitura, Anita Paes Barreto, acerca da população não escolarizada do Recife e a apresentação do Plano Municipal de Ensino.³ Entre as medidas a serem adotadas, estava prevista a criação de um órgão que seria encarregado de coordenar a implantação do

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH - UFPE). Bolsista FACEPE. E-mail: felipe genu@hotmail.com.

² BARRETO, Anita Paes. In *Memorial do MCP*. Recife, PMR: 1986. p.37.

³ TEIXEIRA, Wagner da Silva. **Educação em tempos de luta**: história dos movimentos de educação e cultura popular (1960-1964). Rio de Janeiro: Programa de pós-graduação em História Social –UFRJ. 2008.

Plano de Ensino, já que a prefeitura não possuía uma secretaria especificamente voltada para a educação.⁴

O perfil do órgão que deveria gerir essa iniciativa foi sendo definido à medida que os trabalhos de abertura de escolas foram iniciados.⁵ O formato final se moldou na criação de um órgão particular, uma sociedade civil, que seria vinculado à PMR por meio de um convênio, numa tentativa de driblar a burocracia e dinamizar as ações, tendo em vista a gravidade dos problemas educacionais da cidade.⁶ A denominação escolhida para essa sociedade, Movimento de Cultura Popular (MCP), está ligada às influências que nortearam a sua criação. Os idealizadores do MCP tomaram como modelo uma série de projetos realizados durante a década de 1950 que, de maneira geral, buscavam formas para atingir um novo patamar de desenvolvimento social por meio do esforço cooperativo e coletivo em torno da formação e promoção das capacidades humanas.⁷ A chave do combate ao subdesenvolvimento para essas iniciativas era a combinação entre educação e valorização de uma cultura comum, popular, como elemento de coesão social.⁸

O entusiasmo em torno da criação de um órgão para dirigir a aplicação do Plano de Ensino, transformou o empreendimento numa espécie de “universidade popular”, para utilizar a expressão que aparece no estatuto do Movimento. Nesse sentido, mantendo o foco principal na educação, o MCP se propunha não só a abrir escolas para alfabetização de crianças e adultos, mas a criar espaços de convivência e lazer – como as praças de cultura – a promover festas populares⁹, festivais (de cinema, de teatro) e congressos. Também foram oferecidos cursos de profissionalização¹⁰ em conserto de rádios e condução de caminhões. Todas essas iniciativas foram pensadas a partir dos cinco objetivos declarados no artigo 1º, do capítulo I do estatuto do MCP, a saber:

- 1- Promover e incentivar com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a educação de crianças e adultos;
- 2- Atender ao objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através da educação

⁴ Idem, p. 45.

⁵ WEBER, Silke. “A educação como foco de projetos político-sociais em Pernambuco”. In ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de, & BARRETO, Tulio Velho (orgs.). **1964: O golpe passado a limpo**. Recife: Ed. Massangana, 2007, p. 115 – 135.

⁶ Idem.

⁷ TEIXEIRA, Wagner da Silva. *Educação em tempos de luta*. Op.cit., p. 47.

⁸ Idem, p. 45.

⁹ Enquanto esteve ativo, o MCP institucionalizou os festejos nas épocas do Carnaval, São João e Natal.

¹⁰ APEJE. Hemeroteca. *Última Hora Nordeste*. 15/06/1963.

integral (de) base que assegure, também, de acordo com a constituição, o ensino religioso facultativo;

- 3- Proporcionar a elevação do nível cultural do povo/ preparando-o para a vida e para o trabalho;
- 4- Colaborar para a melhoria do nível material do povo, através de educação especializada;
- 5- Formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular.¹¹

Diante de objetivos tão amplos, foi criada uma complexa estrutura de departamentos e diretorias para dar sustentação ao MCP. O movimento estava organizado em sete órgãos principais: o Conselho de direção (CD), a Diretoria (D), o Conselho Consultivo (CC), o Serviço de Administração (SA), o Departamento de Formação da Cultura (DFC), Departamento de Informação e Documentação (DID) e o Departamento de Difusão da Cultura (DDC).¹² Cada um dos órgãos relacionados anteriormente era composto por um número variável de divisões. Entre as divisões que integravam o Departamento de Formação da Cultura (DFC) estava a Divisão de Teatro. Além desta, o DFC contava ainda com outras nove¹³ divisões e tinha sua expansão prevista no estatuto, de acordo com as demandas futuras.¹⁴

O conceito de cultura popular, aliás, é bastante abrangente. Tanto que, ao estudar a fabricação dos conceitos de folclore e cultura popular, Durval Muniz os compara com grandes balaios, “*pois com estes conceitos se consegue produzir significação para uma infinidade de atividades artísticas, culturais, para uma gama variada de objetos e artefatos*”.¹⁵ Logo, é preciso definir melhor o viés pelo qual esse conceito foi abordado pelo MCP. Nesse sentido destacamos que embora o Movimento se definisse como um órgão técnico, cuja única preocupação era a “*elevação do nível material e espiritual do povo*”,¹⁶ posição reafirmada por algumas de suas principais lideranças e, inclusive, em trabalhos acadêmicos,¹⁷ o MCP ocupava um papel estratégico no projeto de governo de

¹¹ Estatuto do MCP. APEJE. Acervo DOPS-PE, prontuário funcional nº 1501-D, fundo: 29.841.

¹² Ibidem.

¹³ Divisão de Pesquisa; Divisão de Ensino; Divisão de Artes Plásticas e Artesanato; Divisão de Música, Dança e Canto; Divisão Cinema, Rádio, Televisão e Imprensa; Divisão de Teatro; Divisão de Cultura Brasileira; Divisão de Bem-estar coletivo; Divisão de Saúde; Divisão de Esportes.

¹⁴ Estatuto do MCP. APEJE. Acervo DOPS-PE, prontuário funcional nº 1501-D, fundo: 29.841.

¹⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular** (Nordeste – 1920-1950). São Paulo: Intermeio, 2013, p. 31.

¹⁶ APEJE. Hemeroteca. *Jornal do Commercio*. 09/09/1962, p.08.

¹⁷ BARBOSA, Letícia Rameh. **Movimento de Cultura Popular: impactos na sociedade pernambucana**. Recife. Editora do autor, 2009.

Miguel Arraes e para as forças políticas de esquerda agrupadas nas Frentes do Recife,¹⁸ comprometidas com a mudança do *status quo* em Pernambuco a partir de um projeto de sociedade onde o Estado se colocava como o principal agente promotor das mudanças.¹⁹ Como observou Wagner Teixeira a respeito dos grupos de educação e cultura popular organizados por intelectuais e artistas no início da década de 1960, esses grupos podem ser entendidos como

Instrumentos de mobilização política e social, os movimentos incluíam no processo político, por meio da alfabetização de adultos, importantes camadas populares. A possibilidade de uma mudança no jogo eleitoral, via alfabetização era concreta, constituía-se uma tarefa dos grupos e organizações políticas nacionalistas e de esquerda, interessadas na mobilização política e na postura crítica dos alunos, bem como na ampliação do universo de eleitores, na esperança de quebrar a maioria eleitoral das forças tradicionais e conservadoras.²⁰

Dentro dessa perspectiva, o MCP tinha o papel de funcionar como um elemento que além de integrar diferentes grupos sociais por meio de suas atividades culturais, forneceria a sustentação política para as forças de esquerda reunidas em torno de Miguel Arraes e das Frentes do Recife, uma vez que o aumento do número de pessoas alfabetizadas significava o aumento do número de pessoas aptas a votar.²¹ Esse comprometimento de intelectuais e artistas no processo político em cena no início dos anos 1960 – que não era exclusivo de Pernambuco tendo em vista que é possível encontrar iniciativas posteriores similares em outros estados, como os Centros Populares de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes, iniciados no Rio de Janeiro e depois implantados em outras cidades – foi capaz de atribuir uma nova acepção para o conceito de cultura popular. De maneira que, como observou Sebastião Uchoa Leite em um ensaio publicado pela *Revista Civilização Brasileira*,

Foi posta em ação a tese de que a cultura popular não era apenas a cultura que vinha do povo, mas sim a que se fazia pelo povo. A cultura popular é então conceituada como um instrumento de educação, que visa dar às classes economicamente (e *ipso facto* culturalmente) desfavorecidas uma consciência política e social.²²

¹⁸ Ver: SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças Políticas em Pernambuco**: a(s) Frente(s) do Recife (1955-1964). Recife: Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

¹⁹ TEIXEIRA, Wagner da Silva. **Educação em tempos de luta**. Op. cit., p. 13.

²⁰ Idem, p. 11.

²¹ DE SOUZA, Fábio. **O Movimento de Cultura Popular do Recife (1959-1964)**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

²² LEITE, Sebastião Uchoa. **Cultura Popular**: esboço de uma resenha crítica. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano I, n. 4, Setembro. 1965, p. 269-289.

Assim, envolto em um novo significado, o conceito de cultura popular foi caracterizado como uma das vias capazes de contribuir para a construção de uma nova sociedade, onde os cidadãos poderiam “*acompanhar a dinâmica do desenvolvimento social de maneira realista e participante*”.²³ É sob esse viés, por exemplo, que foi desenvolvido, nos círculos de cultura do MCP, o Método de alfabetização de Paulo Freire, onde o objetivo era dar ao povo “*uma consciência social que, por sua vez, o condicionaria para uma opção política*”.²⁴ Definição semelhante para a cultura popular pode ser vista em um artigo escrito para o jornal *Última Hora – Nordeste*, em novembro 1963, pelo ator José Wilker, membro do MCP. Ele considera que a

Cultura popular, finalizando, expressa a necessidade de transformar em cidadãos brasileiros a imensa massa de camponeses de nosso Nordeste, quase que imensamente analfabeta; a necessidade de transformar nossa cultura num instrumento acessível a todo o povo, e não um privilégio das elites; a necessidade de transformação radical do estado de coisas que ainda permanece no Brasil.²⁵

Esse novo sentido, que colocava a cultura popular como sinônimo de educação, de desenvolvimento, de transformação social, foi inicialmente traduzido pela divisão de teatro do MCP como a necessidade de difundir, de levar o teatro até as parcelas da população que moravam distantes do centro da cidade e/ou que não possuíam condições materiais para frequentar as plateias dos palcos onde tradicionalmente se reunia a elite da cidade, como o Teatro de Santa Izabel. Por isso, entre os primeiros empreendimentos daquela divisão estava a criação de novos espaços para o teatro na cidade.²⁶ Assim, foram fundados no Arraial do Bom Jesus (Sítio da Trindade), a sede do movimento, no bairro de Casa Amarela, dois novos espaços para encenações: o Teatro do Povo (uma arena móvel com arquibancada coberta por uma lona de circo, com lugar para 500 pessoas) e a Concha acústica – que comportava em torno de 3 mil pessoas.²⁷

A expansão de um projeto artístico

Para além do investimento em novos espaços teatrais, a divisão de teatro do MCP percebeu a necessidade de criar um grupo de teatro cuja proposta de trabalho fosse diretamente ligada aos ideais defendidos por aquele movimento. Esse grupo foi inicialmente chamado de Teatro Experimental de Cultura (TEC), e realizou, em 1961,

²³ APEJE. Hemeroteca. Jornal *Última Hora-Nordeste*. 10/11/1963.

²⁴ LEITE, Sebastião Uchoa. **Cultura Popular**. Op. cit., p. 281.

²⁵ APEJE. Hemeroteca. Jornal *Última Hora-Nordeste*. 10/11/1963.

²⁶ MENDONÇA, Luiz. “Teatro é Festa para o Povo”. **Revista Civilização Brasileira** – Caderno Especial nº. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, ano IV, jul. 1968, p. 149-159.

²⁷ Idem.

sob a direção do encenador – e coordenador da Divisão de Teatro do MCP – Luiz Mendonça, a montagem da peça “A derradeira ceia”, escrita por um autor local, então desconhecido, chamado Luiz Marinho. Com essa montagem, o TEC participou do I Festival de Teatro do Recife, promovido pela Comissão Municipal de Teatro (CT) em parceria com a Divisão de Documentação e Cultura (DDC) da Prefeitura e do Movimento de Cultura Popular (MCP).

A estreia do TEC ocorreu no dia 06 de outubro, no principal palco da cidade: o Teatro de Santa Isabel.²⁸ As 20h30min daquele dia, quando as cortinas se abriram, a audiência reunida no mais famoso teatro do Recife pode conhecer a história do agricultor Saturnino (Orlando Vieira), que após ser expulso de suas terras por um latifundiário vizinho encontrou como única alternativa de sobrevivência se tornar coiteiro de Lampião (Giovani Siqueira). Porém, o pacto com o capitão Virgulino, é descoberto pelo Tenente da localidade (José Wilker), que oferece a Saturnino um acordo: envenenar Lampião²⁹ em troca do perdão dos seus crimes. Ao descobrir a traição de Saturnino, Lampião o obriga a comer o angu envenenado.³⁰

Passada a estreia e diante da boa repercussão da peça no Santa Isabel, a divisão de teatro do MCP continuou trabalhando na definição dos objetivos de seu grupo teatral, uma vez que o TEC fora organizado às pressas tendo em vista a participação no festival. Podemos observar pela escolha de “A derradeira ceia” que há desde o início a preocupação em encenar autores locais cujas peças oferecessem a possibilidade de criar representações da realidade vivida pela população do nordeste,³¹ mas havia dúvidas em relação ao modo de fazer. Como criar essa dramaturgia que, com o intuito de conscientizar os espectadores, trazia à tona temáticas como o analfabetismo, o latifúndio, a exploração do camponês e do operário, sem deixar de lado as manifestações folclóricas populares – como o bumba meu boi. É nesse momento de definição do projeto cênico para o grupo teatral do MCP que vem ao Recife, sob o patrocínio da Prefeitura do Recife (DDC e CT) e do MCP, o Teatro de Arena de São Paulo, o qual era bastante conhecido por abordar temas políticos e sociais em suas montagens desde que lançaram a peça “Eles não usam *black-tie*”, em 1958.

²⁸ APEJE. Hemeroteca. Jornal *Diário de Pernambuco*. 20/09/1961, p. 03.

²⁹ VIEIRA, Anco Márcio Tenório. **Luiz Marinho**: O Sábado que não Entardece. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, Coleção Malungo, 2002, p. 85.

³⁰ Ibidem.

³¹ Ibidem.

A presença do Arena no Recife nesse momento ajuda a divisão de teatro do MCP a traçar os contornos que o seu grupo teatral deveria tomar daí para frente. O Arena apresentou dois espetáculos na capital pernambucana: “Revolução na América do Sul”, dirigido por José Renato e “Testamento do Cangaceiro”, sob a direção de Augusto Boal.³² Além de encenar no Teatro de Santa Isabel e na Concha Acústica do Arraial do Bom Jesus, o Arena ofereceu um seminário de dramaturgia dirigido por Augusto Boal e um laboratório de interpretação, orientado por Nelson Xavier e Milton Gonçalves.³³ Ao fim da turnê do Arena dois integrantes do grupo permaneceram no Recife, convidados à trabalhar no MCP: o ator Nelson Xavier e a figurinista Ded Bourbonnais. Segundo rememora Germano Coelho sobre a vinda do Arena ao Recife, em outubro de 1961, naquele “momento, o nosso sonho era a criação de um outro conjunto semelhante ao Teatro de Arena de São Paulo, que se tornasse a voz dos oprimidos”.³⁴

Assim, a trupe de teatro do MCP ganhou dois novos elementos cuja presença foi sentida imediatamente no projeto teatral do Movimento. A próxima montagem a ser preparada foi uma peça escrita pelo próprio Nelson Xavier em parceria com Augusto Boal, Benedito Araújo, Hamilton Trevisan e Modesto Carone, durante os seminários de dramaturgia do Arena, chamada “Julgamento em Novo Sol”,³⁵ que fora inspirada num caso de disputa de terras entre agricultores e latifundiários do interior do estado de São Paulo. Segundo Xavier,

Já estamos então em 1959 e nesse ano ocorre um levante camponês numa cidadezinha do noroeste paulista, chamada Jales. Dali começou a emergir um líder camponês que ganhou projeção estadual. Esse líder, cujo nome agora não me lembro, liderou os pequenos produtores de Jales que estavam sendo banidos de suas propriedades, juntamente com os colonos que não podiam ter a sua agricultura de sobrevivência. A questão era a seguinte: Jales era considerada uma área de gado, e os latifundiários soltavam o gado para comer todas as plantações e, depois, plantavam capim. Surgiu então um movimento que passou a ser conhecido como ‘Arranca Capim’ [...] porque esse líder organizou os camponeses para arrancar o capim plantado. Eles queriam retomar a sua terra, que lhes garantia a subsistência.³⁶

Durante os preparativos para a estreia da montagem o nome do grupo foi alterado, deixando de se chamar Teatro Experimental de Cultura e assumindo a denominação de Teatro de Cultura Popular (TCP). Além do novo nome, o programa da

³² APEJE. Hemeroteca. *Diário de Pernambuco*. 28/10/1961.

³³ REIS, Carlos; REIS, Luís Augusto. **Luiz Mendonça**: Teatro é festa para o povo. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, Coleção Malungo, 2005, p. 51.

³⁴ COELHO, Germano. **MCP** – História do Movimento de Cultura Popular. Recife: Ed. do Autor, 2012, p. 68.

³⁵ XAVIER, Nelson. **Meus anos dourados foram no MCP**. In COELHO, Germano. Idem.

³⁶ BARCELLOS, Jalusa. **CPC da UNE**: uma história de paixão e consciência. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 373.

peça distribuído antes das encenações apresentava aos espectadores as motivações da ação do Movimento de Cultura Popular no campo teatral, cujo objetivo era

[...] Através do Seminário de dramaturgia e Laboratório de interpretação criar novos dramaturgos, formar diretores e atores, contribuir, enfim, para o desenvolvimento da dramaturgia nacional, com um teatro nascido do povo, de seus dramas, inquietudes, conflitos e esperanças. Teatro que retrate, artisticamente, a nossa realidade social. Que afirme os valores genuinamente regionais e nacionais com a dimensão universal que lhes confere a arte autêntica.³⁷

Assim, o TCP era o grupo encarregado de atingir os objetivos acima mencionados. Além de “Julgamento em Novo Sol”, peça de temática política, o TCP adaptou outros textos centrados em pesquisas sobre os valores e costumes regionais, como “A incelença” e “A afilhada de Nossa Senhora”, ambas de Luiz Marinho. Também encenou peças infantis, como “A volta do Camaleão Alface”, de Maria Clara Machado. Não obstante, mesmo quando o texto da peça não tinha o foco no debate das questões sociais do período, o TCP criava maneiras de abordar essas questões. Uma dessas táticas foi a combinação de peças diferentes em um ato num mesmo espetáculo, como nas encenações de “A incelença” – que estreou em dezembro de 1962 – e eram antecedidas pela apresentação da montagem de um texto de José Wilker, chamado “Auto do indivíduo analfabeto de pai e mãe”.³⁸

No MCP havia uma constante articulação entre as diversas divisões e departamentos que compunham o Movimento.³⁹ Nesse sentido, o TCP esteve envolvido em diversas atividades dentro do MCP, como nas campanhas de alfabetização planejadas para todo o estado de Pernambuco no ano de 1964,⁴⁰ para as quais montou dois espetáculos em um ato: “A estória do Formiguinho e sua porta”, texto de Arnaldo Jabor adaptado por Luiz Mendonça, e “Paixão e morte do vaqueiro Manoel Onofre”, escrito por José Wilker.⁴¹ Antes disso, em 1963, devido a um convênio firmado entre o MCP e o Serviço Social Contra o Mocambo⁴², o TCP apresentou-se, entre os meses de maio e junho, em Centros Educativos Operários de diferentes bairros do Recife – como

³⁷ Programa da Peça Julgamento em Novo Sol. In COELHO, Germano. **MCP**. Op. cit., p. 66-67.

³⁸ APEJE. Hemeroteca. *Diário de Pernambuco*. 30/12/1962.

³⁹ Entrevista concedida por Silke Weber, em 14/05/2014.

⁴⁰ Com a vitória de Miguel Arraes nas eleições para governador de Pernambuco, em 1962, o espectro de ação do MCP foi sendo gradativamente ampliado para abranger todo o Estado de Pernambuco.

⁴¹ APEJE. Acervo DOPS-PE. Prontuário Funcional. Movimento de Cultura Popular. Nº Doc.: 1501-D. Data: 1964 - 1980. Fundo: 29.841.

⁴² APEJE. Hemeroteca. *Jornal do Commercio*. 12/04/1963.

Água Fria, Cordeiro, Dois Unidos, Engenho do Meio, Pina, Mustardinha, Santo Amaro.⁴³

Os periódicos e os vestígios do TCP

Um dos obstáculos com o qual pode se deparar o historiador que decide investigar a trajetória de um grupo teatral, particularmente no que se refere às encenações montadas por esse grupo, como alerta a historiadora Rosângela Patriota, é a questão da efemeridade da encenação teatral.⁴⁴ Ao contrário do cinema ou das artes plásticas, cujas obras possuem uma materialidade durável, a encenação de uma peça teatral realizada por determinado grupo não ultrapassa o fechar das cortinas ao final do último ato. Como argumenta Raymond Williams, “*na literatura (sobretudo no teatro), na música e em uma larga área das artes representativas, o que mantém a permanência não são objetos, mas notas*”.⁴⁵ Essas notas, continua Williams, são interpretadas em cada momento histórico de determinada sociedade de acordo “*com convenções específicas*”.⁴⁶ Assim, é preciso que o historiador busque caminhos que lhe permitam entender as intenções, estratégias e recursos presentes na atividade criativa dos realizadores em suas montagens, bem como a recepção que esses espetáculos encontraram na época em que foram encenados.

No caso do Teatro de Cultura Popular, alguns jornais e revistas do período em que o grupo esteve ativo – 1962 a 1964 – figuram como uma alternativa documental viável e proveitosa. Tomando como exemplo apenas os três jornais diários de maior circulação em Pernambuco – o *Jornal do Commercio*, o *Diário de Pernambuco* e o *Última Hora Nordeste* – podemos encontrar notícias a respeito das montagens realizadas pelo TCP, informações sobre os lugares para onde viajaram e a reação da plateia às apresentações. Outrossim, é possível encontrar os pontos de vista de alguns integrantes do grupo – por exemplo, o diretor Luiz Mendonça⁴⁷ – sobre assuntos como teatro, política e cultura em entrevistas cedidas aos jornais, em especial o *Última Hora Nordeste*.

⁴³ Idem. 26/05/1963.

⁴⁴ PATRIOTA, Rosângela. “O teatro e o historiador: interlocuções entre linguagem artística e pesquisa histórica”. In RAMOS, Alcides Ferreira; PEIXOTO, Fernando & PATRIOTA, Rosângela (orgs.). **A história invade a cena**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 26 – 58.

⁴⁵ WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 65.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ APEJE. Hemeroteca. Jornal Última Hora – Nordeste. 19/07/1962.

Podemos destacar também a presença das críticas ao TCP em colunas diárias dedicadas ao teatro desses jornais ou em suplementos dominicais de cultura. Esses artigos permitem ao pesquisador perceber a forma como a recepção da crítica especializada em teatro ao Teatro de Cultura Popular foi capaz de elaborar diferentes tipos de representações sobre o grupo. Cabe aqui considerar que as representações, “*não são simples imagens, verídicas ou enganosas do mundo social. Elas têm uma energia própria que persuade seus leitores ou seus espectadores que o real corresponde efetivamente ao que elas dizem ou mostram*”.⁴⁸

As representações do Teatro de Cultura Popular nos periódicos

Percorrendo as páginas de três jornais que circulavam em Pernambuco no início dos anos 1960 – *Jornal do Commercio*, *Diário de Pernambuco* e *Última Hora Nordeste* – mais uma edição da revista “O Cruzeiro” julho de 1962, podemos observar uma pluralidade de leituras sobre o TCP, o que indica a circulação na imprensa de múltiplas representações. Essas representações compreendem desde o enaltecimento dos espetáculos do grupo e da importância de seu posicionamento junto ao projeto das forças políticas do governo da Frente do Recife, até a rotulação de teatro panfletário, artisticamente descuidado ou pobre.

No caso específico dos três jornais em destaque, é possível verificar a existência de um padrão no posicionamento dos críticos em relação ao TCP. Destarte, o jornal *Diário de Pernambuco* – que se posicionava abertamente contra o governo das forças de esquerda em Pernambuco – é o periódico que apresenta a maior quantidade das críticas negativas, não apenas sobre o TCP, mas também sobre o MCP, principalmente nas críticas escritas pelo jornalista e cronista teatral Adeth Leite – devemos considerar que até 1964 o Diário de Pernambuco contou com dois colunistas teatrais: Adeth Leite e Joel Pontes. O *Jornal do Commercio* se posicionava de forma mais moderada, dirigindo o foco de sua coluna teatral para outras iniciativas desse campo, como o Teatro de Amadores de Pernambuco (TAP), mas sem deixar de noticiar e avaliar as iniciativas do TCP.

O terceiro jornal da lista – o *Última Hora Nordeste* – ocupa em nossa escala o lugar diametralmente oposto ao do Diário de Pernambuco. Essa posição é perceptível na

⁴⁸ CHARTIER, Roger. “Uma trajetória intelectual: livros, leituras, literaturas”. In ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). **Roger Chartier** – A força das representações: história e ficção. Chapecó: ARGOS, 2011. p. 21 – 54.

maior abertura dada pelo *Última Hora* à divulgação das ações do TCP. Ainda nesse periódico, encontramos não apenas críticas que exaltam as qualidades das experimentações realizadas nas montagens do grupo, como em diversos momentos é feita a defesa do TCP perante críticas negativas divulgadas em outros jornais. O *Última Hora Nordeste*, inclusive, chegou a abrir espaço para o TCP em sua primeira página⁴⁹ e a criar um suplemento dominical de cultura chamado “Página de Cultura Popular”.⁵⁰

Agora que as linhas gerais sobre as leituras feitas por alguns órgãos da imprensa sobre o Teatro de Cultura Popular foram traçadas, podemos nos dedicar ao estudo da maneira como o TCP foi representado em alguns artigos do período. Tomemos como primeiro exemplo a crítica escrita por Adeth Leite para o Diário de Pernambuco sobre a peça “Julgamento em Novo Sol”. Sob o título de “Julgamento em Novo Sol, espetáculo plástico com muita bulha para nada”, Adeth Leite escreve que

Como espetáculo plástico, não se pode desejar muito. A representação convence. Como teatro, falha e destrói toda dialética defendida pelos autores, com o aparecimento do “candidato” e, pior ainda, com o “discurso” proferido pelo personagem Roque no final do julgamento [...]

O texto não traz nada de novo. Apega-se ao bicho papão dos dias que correm: a reforma agrária. Os autores tiveram a preocupação de traçar o rumo ao gosto das esquerdas, explorando batidos chavões, aproveitados pela claqué organizada para “os bravos” nas deixas estabelecidas. Fieis a velho ponto de vista sustentamos que não é e jamais será teatro. É comício e como “meeting” deve ser encarado [...].⁵¹

A crítica acima se destaca pelo deslocamento realizado por Adeth Leite. Primeiro, o crítico procura esvaziar o espetáculo “Julgamento em Novo Sol” realizado pelo TCP de qualquer conteúdo artístico válido, atacando tanto o texto quanto a encenação, para ao fim, deslocar a peça do campo artístico para o político, nomeando a encenação de comício. Ou seja, a representação de Adeth Leite procura deslegitimar artisticamente a montagem de “Julgamento em Novo Sol”.

Dois meses após a estreia do TCP, a revista *O Cruzeiro* de 07 de julho de 1962, trazia um artigo intitulado “Pernambuco: Democracia em pânico”.⁵² Vale salientar que este artigo foi publicado poucos meses antes da disputa eleitoral de 1962, onde seriam escolhidos os governadores dos estados, em um momento em que o clima político em Pernambuco estava bastante polarizado em torno das candidaturas de Miguel Arraes,

⁴⁹ APEJE. Hemeroteca. *Última Hora*. 11/11/1963.

⁵⁰ Lançada em 20/10/1963.

⁵¹ APEJE. Hemeroteca. *Diário de Pernambuco*. 09/05/1962.

⁵² FUNDAJ. Revista *O Cruzeiro*, 07/08/1962.

sustentado pelas forças de esquerda, e de João Cleofas, candidato lançado pela União Democrática Nacional, representante das forças políticas conservadoras do estado.

No artigo em questão, a possibilidade da eleição de Miguel Arraes para o cargo de governador de Pernambuco é caracterizada como a passagem do poder para os comunistas que já estariam infiltrados na prefeitura do Recife, se utilizando da máquina pública em seu favor. Em uma das doze páginas que compõe o artigo, aparece reproduzido o programa de “Julgamento em Novo Sol”. A reprodução ocupa metade da página, de modo que os leitores podem facilmente visualizar a lista do elenco e pessoal da equipe técnica envolvida, um resumo do enredo da peça e um texto de apresentação sobre o TCP. Abaixo dessa reprodução, o jornalista escreveu a seguinte frase: “ATRAVÉS do teatro dirigido, o PC alcança todas as classes, variando os temas subversivos de acordo com a capacidade intelectual das plateias”.⁵³ A partir dessa leitura podemos observar que a variabilidade dos temas explorados nas montagens do grupo – que abrangiam desde peças sobre lutas sociais, caso de “Julgamento em Novo Sol”, até peças infantis, como “Chapeuzinho Vermelho” – foi deixada de lado pela reportagem, sendo feita uma homogeneização temática que contribuiu para a construção de uma representação onde o TCP aparece reduzido a um órgão do Partido Comunista, uma iniciativa que copiava os agitprops⁵⁴ da União Soviética.

Avancemos agora para o ano de 1963, onde abordaremos um artigo proveniente da coluna “Artes e artistas” do *Jornal do Commercio*. A crítica do dia treze de novembro de 1963, escrita por Medeiros Cavalcanti, foi intitulada “PARTICIPAÇÃO”. Nesse artigo, Medeiros Cavalcanti discute a questão do antagonismo entre arte participativa e arte reacionária, situação vivenciada no meio teatral daquele momento. Em tom de ironia, Medeiros Cavalcanti comunica aos seus leitores que,

Revela-se agora, num estilo casual, que Shakespeare fez teatro político, não o teatro político do tipo que concebem os estudiosos da história teatral, mas o outro, o que serve aos interesses de determinada facção. Dá-se assim a entender ao povo que a arte está há séculos ungida à participação que, inclusive envolve o perigo de maniação da própria arte em lugares onde essa possa ser policialmente exigida, como aconteceu recentemente com a pintura modernista, devidamente retirada das exposições por certo snr. Krushev [...]

⁵³ Idem.

⁵⁴ Termo derivado das palavras agitação e propaganda. Designava os empreendimentos culturais oficiais desenvolvidas pelo Partido Comunista da URSS, cujo objetivo era estabelecer a mediação entre os valores do governo revolucionário e a população. Ver GARCIA, Silvana. **Teatro da militância**: a intenção do popular no engajamento político. São Paulo: Perspectiva, 2004.

Quando o artista cria livremente faz produção burguesa, reacionária; quando o crítico teatral desabona uma produção cênica de má fatura, sendo ela participante, é porque se trata de um vendido aos interesses dos capitalistas, está contra o povo. E assim levemente, cinicamente, sem qualquer base histórica ou estética, vão os corifeus da crônica esquerdista grafando as suas tolices, só lhes faltando agora revelar que Shakespeare era a favor da reforma agrária e pela auto-determinação de Cuba, tendo mesmo deixado algumas peças inéditas para serem futuramente montadas pelo Teatro de Cultura Popular do MCP[...].⁵⁵

A transcrição dos dois primeiros parágrafos da crítica referida, apesar de longa é elucidativa não só no que revela das tendências estéticas e dos debates em torno do papel do teatro na sociedade do período, como também fornece elementos para pensarmos a maneira como foi sendo urdida nesse momento uma linha interpretativa que insiste numa forma de representar o TCP que o relaciona ao comunismo ou a subversão de valores da sociedade. Nesse sentido, podemos destacar o rótulo de “*teatro político*” que é dado ao Teatro de Cultura Popular. No início da crônica, Medeiros distingue duas formas de teatro político: uma que está de acordo com os ideais instituídos por estudiosos do teatro – ou seja, é reconhecida e legitimada como portadora de valor estético – oposta a uma segunda modalidade “*que serve aos interesses de determinada facção*”, o que esvazia a possibilidade de haver algum valor estético, é meramente oportunismo político-partidário. Nesse sentido, ao optar por se referir ao TCP como o beneficiário das distorções produzidas pela crônica teatral de esquerda, Medeiros associa o grupo ao segundo tipo de teatro, cujo exemplo extremo é o controle estatal mantido pela União Soviética sobre a liberdade criativa de seus artistas. Destarte, em “Participação”, Medeiros Cavalcanti cria/reforça uma representação do TCP onde este figura como um grupo teatral cujos objetivos políticos são priorizados em relação às preocupações estéticas.

Algumas Considerações

A narrativa aqui apresentada teve por base um conjunto de questionamentos surgidos a partir do estudo da trajetória do Teatro de Cultura Popular do MCP e sua relação com as disputas políticas do início da década de 1960. Especialmente, fomos norteados pelas seguintes perguntas: a) Qual a recepção da imprensa da época ao projeto artístico do TCP? b) Quais as representações construídas a partir dessa recepção?

⁵⁵ APEJE. Hemeroteca. *Jornal do Commercio*. 13/11/1963.

Dessa forma, o esforço aqui empreendido foi direcionado no sentido de esquadriñar quais as representações construídas na imprensa sobre o grupo. Consideramos que o TCP foi entendido de diferentes maneiras entre os variados setores sociais e de que essas formas de entendimento eram condicionadas não apenas pelas disputas e concepções sobre o fazer artístico que configuravam o campo teatral daquele período, mas também pela interação entre o campo teatral com outros campos sociais, como o da política e o dos movimentos sociais. Nesse sentido, devemos considerar que o início da década de 1960 foi um momento de organização de diversas forças progressistas, notadamente de esquerda, empenhadas na promoção de mudanças sociais.

Logo, não se trata de indagar se o TCP era um grupo de teatro exclusivamente político de esquerda ou se foi “mal interpretado” por seus contemporâneos. O que se procura é o entendimento das relações, disputas e negociações que condicionaram a existência e a circulação de diferentes representações sobre aquele grupo. A opção feita nas páginas anteriores foi a de construção de uma narrativa que privilegia a análise de uma linha interpretativa sobre o TCP, entre outras existentes, onde este aparece relacionado à infiltração comunista no Brasil e aos perigos que ela significava naquele momento. Essa opção metodológica foi feita devido à importância que o anticomunismo tinha naquela sociedade⁵⁶ e sua difusão nos meios da imprensa. Não obstante, levou em consideração também o papel que as lutas de representação desempenham numa sociedade. Como aponta Chartier, essas lutas “têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio”.⁵⁷

Por fim, e à guisa de desafio para a continuidade da pesquisa, lembramos que constatar a circulação de determinada(s) representação/representações sobre o TCP não nos permite afirmar como estas foram entendidas pelos leitores dos periódicos em questão. Como disserta Michel de Certeau, além de conhecer as representações “é ainda necessário analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam. Só então é

⁵⁶ Sobre o anticomunismo em Pernambuco ver: PORFÍRIO, Pablo. **Medo, Comunismo e Revolução: Pernambuco (1959 – 1964)**. Recife. EDUFPE, 2009.

⁵⁷ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e Representações**. Miraflores. Difel, 1987, p. 17.

que se pode apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária, que se esconde nos processos de sua utilização”.⁵⁸

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (nordeste – 1920-1950)**. São Paulo: Intermeio, 2013.

BARBOSA, Letícia Rameh. **Movimento de Cultura Popular: impactos na sociedade pernambucana**. Recife. Editora do autor, 2009.

BARCELLOS, Jalusa. **CPC da UNE: uma história de paixão e consciência**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer**. 19ª ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2012.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e Representações**. Miraflores. Difel, 1987.

COELHO, Germano. **MCP – História do Movimento de Cultura Popular**. Recife: Ed. Do Autor, 2012.

DE SOUZA, Fábio. **O Movimento de Cultura Popular do Recife (1959-1964)**. 2014. 123 páginas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

GARCIA, Silvana. **Teatro da militância: a intenção do popular no engajamento político**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

LEITE, Sebastião Uchoa. **Cultura Popular: esboço de uma resenha crítica**. Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, n. 4, p. 269-289. Setembro. 1965.

MENDONÇA, Luiz. **Teatro é Festa para o Povo**. Revista Civilização Brasileira. In: Revista Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Caderno Especial nº. 2, p. 149-159, jul. 1968.

PORFÍRIO, Pablo. **Medo, Comunismo e Revolução: Pernambuco (1959 – 1964)**. Recife. Editora Universitária da UFPE, 2009.

RAMOS, Alcides Ferreira; PEIXOTO, Fernando & PATRIOTA, Rosângela (orgs.). **A história invade a cena**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife. *Memorial do MCP*. 1986.

REIS, Carlos; REIS, Luís Augusto. **Luiz Mendonça: Teatro é festa para o povo**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, Coleção Malungo, 2005.

ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). **Roger Chartier – A força das representações: história e ficção**. Chapecó: ARGOS, 2011.

SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças Políticas em Pernambuco: a(s) frente(s) do Recife (1955-1964)**. Recife: UFPE, 2008, 110 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

⁵⁸ CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer**. 19ª ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 39.

VIEIRA, Anco Márcio Tenório. **Luiz Marinho**: O Sábado que não Entardece. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, Coleção Malungo, 2002.

TEIXEIRA, Wagner da Silva. **Educação em tempos de luta**: história dos movimentos de educação e cultura popular (1960-1964). Programa de pós-graduação em História Social –UFRJ. 2008, 229 p.

WEBER, Silke. “A educação como foco de projetos político-sociais em Pernambuco”. In ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de & BARRETO, Tulio Velho (orgs). **1964**: O golpe passado a limpo. Recife: Ed. Massangana, 2007, p. 115 – 135.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. Tradução de André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Recebido em 26.07.15. Aceito em 24.08.2015.

PESQUISAS REALIZADAS EM PERNAMBUCO EM 1963